

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO Formatado: Inferior: 2,19 cm

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

EDITAL/CSDP n. 001/2008

EDITAL DE CONCURSO

A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, situada na Av. Des. José Nunes da Cunha, Bloco IV, Campo Grande-MS, nos termos da Deliberação/CSDP n. 006, de 20 de agosto de 2008, da Lei Complementar Federal n. 80, de 12 de janeiro de 1994 e da Lei Complementar Estadual n. 111, de 17 de outubro de 2005, TORNA PÚBLICO que se encontram abertas inscrições do Concurso Público, regido pelas Instruções Especiais, parte Integrante deste Edital, para preenchimento, mediante admissão, do cargo de Defensor Público Substituto, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" — Fundação VUNESP, sob a supervisão da comissão do concurso eleita pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Formatado: Fonte: 10 pt

I - DO CARGO

1. O Concurso Público destina-se ao preenchimento, mediante admissão, de 25 vagas para o cargo de Defensor Público Substituto, com vagas existentes e das que vierem a existir dentro do prazo de sua validade.

Formatado: Fonte: 10 pt

2. O cargo, número de vagas, vencimento e escolaridade exigida são os estabelecidos na tabela que seque:

Formatado: Fonte: 10 pt

Corgo	Nº de Vagas		Nº de Vagas Vencimento (R\$)	
Cargo	Geral	PNE	vencimento (Ka)	Escolaridade
Defensor Público Substituto	23	02	R\$11.954,25	Bacharel em Direito

II – DAS INSCRIÇÕES

DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

- 1. A inscrição deverá ser efetuada das 10 horas de 28.08.2008 às 16 horas de 26.09.08 (horário de Campo Grande), exclusivamente pela internet site www.vunesp.com.br.
 - 1.1. Não será permitida inscrição por meio bancário, pelo correio, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.
- 2. A inscrição implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.
- 3. Para se inscrever, o candidato deverá preencher as condições para provimento do cargo, adiante relacionados;

Formatado: Fonte: 10 pt **Formatado:** Fonte: 10 pt

- a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;
- b) quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações militares;
- c) ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
- d) estar com o CPF regularizado:
- e) possuir os requisitos exigidos para o exercício das funções do cargo (item 16 deste Capítulo);
- f) não registrar antecedentes criminais;
- g) ter aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo, comprovada em avaliação médica.

A. O pagamento da importância do valor da taxa de inscrição poderá ser efetuado, em dinheiro ou em ____ cheque, em qualquer agência bancária.

Formatado: Fonte: 10 pt

Cargo	Valor (R\$)
Defensor Público Substituto	200,00

A.1. Se, por qualquer razão, o cheque for devolvido, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada.

Formatado: Fonte: 10 pt

- 4.2. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelo correio, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período de inscrição ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital. O pagamento por agendamento somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrição.
- 4.3. O não atendimento aos procedimentos estabelecidos nos itens anteriores implicará o cancelamento da inscrição do candidato, verificada a irregularidade a qualquer tempo.
- 4.4. Para o pagamento da taxa de inscrição, somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado no ato da inscrição, até a data-limite do encerramento das inscrições. Atenção para o horário bancário.
- 4.5. A efetivação da inscrição ocorrerá após a confirmação, pelo banco, do pagamento do boleto referente à taxa. A pesquisa para acompanhar a situação da inscrição deverá ser feita no site www.vunesp.com.br, na página do Concurso Público, a partir de 72 horas após o encerramento do período de inscrições. Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá entrar em contato com o Disque VUNESP, pelo telefone (011) 3874-6300, no dias úteis das 08 às 20 horas, para verificar o ocorrido.
- 4.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que a mais ou em duplicidade, nem isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto ao candidato amparado pelas Leis Estaduais nº. 2.557, de 13 de dezembro de 2002, e nº. 2.887, de 21 de setembro de 2004, e Decreto nº 11.232, de 27 de maio de 2003.
- 5. A devolução da importância paga somente ocorrerá se o Concurso Público não se realizar.
- 6. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas na ficha de inscrição.
 - 6.1. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em conseqüência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 7. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL o direito de excluir do Concurso Público aquele que preenchê-la com dados incorretos ou que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seia constatado posteriormente.

8. No ato da inscrição, não serão solicitados os documentos comprobatórios constantes no item 3. deste Capítulo, sendo obrigatória a sua comprovação quando da inscrição definitiva, sob pena de exclusão do candidato do Concurso Público.

- 8.1. Não deverá ser enviada à DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ou à Fundação VUNESP qualquer cópia de documento de identidade.
- 9. Informações complementares referentes à inscrição poderão ser obtidas no site www.vunesp.com.br e pelo Disque VUNESP.
- 10. Para inscrever-se, o candidato deverá:
 - a) acessar o site www.vunesp.com.br, durante o período de inscrição (das 10 horas de 28.08.2008 às 16 horas de 26.09.2008 horário de Campo Grande);
 - b) localizar no site o "link" correlato ao Concurso Público;
 - c) ler, na íntegra, o respectivo Edital e preencher total e corretamente a ficha de inscrição;

- d) imprimir o boleto bancário;
- e) transmitir os dados da inscrição;
- f) efetuar o pagamento da taxa de inscrição, de acordo com o item 4. deste Capítulo, até a datalimite para encerramento das inscrições (26.09.2008).
- 11. Amparado pelas Leis nº. 2.557, de 13 de dezembro de 2002, e nº. 2.887, de 21 de setembro de 2004, terá direito à isenção do valor da inscrição o candidato que comprovar:
- a) se encontrar na data de 28.08.2008, na condição de desempregado e residir há mais de dois anos no Estado de Mato Grosso do Sul; ou
- b) se encontrar na data de 28.08.2008, na condição de carente e residir há mais de dois anos no Estado de Mato Grosso do Sul; ou
- c) ser doador voluntário de sangue (no mínimo uma vez a cada seis meses, durante um período de dois anos).
- 12. O candidato que preencher as condições estabelecidas em um dos subitens "a", "b" e "c" do item anterior deste Capítulo, deverá obedecer ao que segue:
 - 12.1. acessar, no período das 10 horas de 28.08.2008 às 23h59min de 22.09.2008 (horário de Campo Grande), o "link" próprio da página do Concurso site www.vunesp.com.br;
 - 12.2. preencher total e corretamente o cadastro com os dados solicitados, imprimir requerimento;
 - 12.3. encaminhar, por SEDEX, no período de 28.08.2008 a 22.09.2008, requerimento e a documentação comprobatória, adiante relacionada, conforme o caso, à Fundação VUNESP Rua Dona Germaine Burchard, 515 Água Branca Perdizes, São Paulo SP CEP: 05002-062.

Item 11	Documentação comprobatória
	Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com a baixa do último emprego ou acompanhada do número de inscrição na Agência Pública de Emprego do Estado de Mato Grosso do Sul. OU Cópia da publicação do ato que o desligou do serviço público, se ex-servidor público vinculado à administração pública pelo regime estatutário.
Subitem "a" Condição de desempregado	E
residente no Estado de Mato Grosso do Sul	Cópia do título de eleitor de cartório de circunscrição eleitoral do Estado, com emissão anterior a vinte e quatro meses da data de publicação do Edital de abertura do Concurso Público. OU Comprovante de registro de vínculo empregatício desfeito, com órgão ou entidade pública ou com organização ou entidade privada sediado no Estado, com data de admissão de mais de vinte e quatro meses da data de abertura do Concurso Público.
Subitem "b" Condição de carente residente no Estado de Mato Grosso do Sul	. Declaração firmada pelo próprio candidato, no original, conforme modelo Anexo I , de que a renda <i>per capita</i> da família é de valor igual ou inferior a meio salário mínimo nacional, considerando, para tanto, os ganhos dos membros do núcleo familiar que vivam sob o mesmo teto.
	E

	Cópia do título de eleitor de cartório de circunscrição eleitoral do Estado, com emissão anterior a vinte e quatro meses da data de publicação do Edital de abertura do Concurso Público. OU Comprovante de registro de vínculo empregatício desfeito,
	com órgão ou entidade pública ou com organização ou entidade privada sediado no Estado, com data de admissão de mais de vinte e quatro meses da data de abertura do Concurso Público.
Subitem "c" Condição de doador voluntário de sangue	Atestado(s) no original comprovando a doação, em papel timbrado, contendo a(s) data(s), assinatura e nome claro e completo do assinante.

- 12.4. Não serão considerados os documentos encaminhados por outro meio que não o estabelecido neste Capítulo.
- 12.5. O candidato deverá acompanhar a publicação no DOE e verificar o resultado da solicitação pleiteada.
- 12.6. O candidato que tiver a solicitação indeferida, tendo interesse em permanecer no Concurso, deverá acessar novamente o "link" próprio na página do Concurso site www.vunesp.com.br, digitar seu CPF, proceder à impressão do boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação no DOE.
- 13. Às 16 horas (horário de Campo Grande) de 26.09.2008, a ficha de inscrição não estará mais disponibilizada no site.
 - 13.1. O descumprimento das instruções para inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.
 - 13.2. A Fundação VUNESP e a DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL não se responsabilizam por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 14. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, no período das inscrições, encaminhar, por SEDEX, à Fundação VUNESP Rua Dona Germaine Burchard, 515 Água Branca Perdizes, São Paulo SP CEP 05002-062, solicitação detalhada dos recursos necessários para a sua realização e indicar, no envelope, o Concurso Público para o qual está inscrito.
 - 14.1. O candidato que não o fizer, durante o período de inscrição e conforme o estabelecido neste item, não terá a sua prova especial preparada ou as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.
- 15. O atendimento às condições especiais pleiteadas ficará sujeito, por parte da Fundação VUNESP e da DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, à análise e razoabilidade do solicitado.
- 16. Para efeito dos prazos estipulados neste Capítulo, será considerada a data da postagem fixada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT .
- 17. O candidato portador de necessidades especiais deverá observar ainda o Capítulo III DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS.
- 18. Encerrado o período da inscrição preliminar, o Conselho Superior da Defensoria Pública fará publicar a relação dos requerentes com o respectivo número de inscrição.

DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Formatado: Fonte: 10 pt

- 19. Somente os candidatos aprovados e classificados na prova preambular objetiva até o limite de 4 (quatro) vezes o número de vagas, mais os empatados na última nota considerada, deverão encaminhar o que segue:
- a) cédula de identidade e CPF, em fotocópias autenticadas;
- b) certidão de nascimento ou casamento, em fotocópia autenticada;
- c) Diploma de Bacharel em Direito devidamente registrado, em fotocópia autenticada;
- d) duas fotografias iguais, recentes e coloridas, tamanho 3 x 4;
- e) procuração, se for o caso, devendo o procurador apresentar documento de identidade;
- f) prova de quitação com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino, em fotocópia autenticada:
- g) fotocópias autenticadas do título eleitoral e do comprovante de quitação com as suas obrigações eleitorais:
- h)comprovação de prática forense, por prazo não inferior a três anos:
 - como advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil; ou
 - como membro da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado ou da Magistratura, mediante certidão da autoridade a que esteve diretamente subordinado; ou
 - como estagiário da Defensoria Pública, mediante certidão da autoridade competente; ou
 - pelo desempenho de função de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas, comprovadas mediante certidão fornecida pelo órgão competente.
- i) certidão de que não sofreu penalidades no exercício das funções dos cargos ou atividades acima mencionadas:
- j) inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, dispensado este requisito para titulares das funções incompatíveis com a advocacia, cuja inscrição somente será exigida por ocasião da posse no cargo;
- k) certidões negativas emitidas pelos Distribuidores Judiciais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, Estadual e Militar Federal das comarcas em que residiu nos últimos cinco anos, inclusive da Justiça Militar Estadual quando o candidato for Policial Militar;
- I) declaração de seu domicílio nos últimos cinco anos, todos os empregos e atividades que exerceu ou exerce, lucrativos ou não, inclusive comerciais ou industriais, precisando local e época de exercício e mencionando-os, com os respectivos enderecos.
- 20. O candidato deverá encaminhar, VIA-SEDEX, para VUNESP CONCURSO DP/MS, À RUA DONA GERMAINE BURCHARD, 515 ÁGUA BRANCA PERDIZES, SÃO PAULO SP CEP 05002-062, os documentos, item 19 deste Capítulo, relacionados em expediente dirigido ao Defensor Público-Geral do Estado, até vinte dias após a publicação do resultado da prova escrita objetiva no Diário Oficial do Estado.
- 21. Publicado o resultado da prova escrita subjetiva, os candidatos aprovados terão o prazo de cinco dias para entregar, através de requerimento dirigido ao Defensor Público-Geral do Estado, laudo médico acompanhado de exame neuropsiquiátrico atestando ter o candidato condições físicas e neuropsiquiátricas para o exercício das funções do cargo.
- 22. A não apresentação de quaisquer dos documentos, do laudo médico acompanhado do exame neuropsiquiátrico ou a desconformidade com as declarações exigidas no Regulamento do Concurso ou no presente Edital, importará em insubsistência da inscrição, nulidade de aprovação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade ideológica (Código Penal, art. 299).

JII – DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- O candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo são compatíveis com a deficiência de que é portador.
 - 1.1. A participação de portadores de necessidades especiais no presente Concurso Público será assegurada nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal.
- 2. O candidato inscrito como portador de necessidades especiais deverá especificar, na ficha de inscrição, o tipo de deficiência que apresenta, observado o disposto no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20.12.99, e, no período de inscrição (28.08.2008 a 26.09.2008), encaminhar, por SEDEX, à Fundação VUNESP Rua Dona Germaine Burchard, 515 Água Branca Perdizes, São Paulo SP CEP 05002-062, os seguintes documentos:
 - a) relatório médico atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova;

- requerimento com a qualificação completa do candidato, bem como a especificação do Concurso Público para o qual está inscrito, e, se for o caso, a solicitação de prova especial, ou de condições especiais para a realização das provas.
- 2.1. Serão consideradas deficiências aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.
- 2.2. Para efeito do prazo estipulado no item 2. deste Capítulo, será considerada a data de postagem fixada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT.
- 2.3. O tempo para a realização da prova a que os portadores de necessidades especiais serão submetidos poderá, desde que requerido justificadamente, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência.
- 3. O candidato que não declarar ser portador de necessidades especiais, no ato da inscrição, e não atender ao solicitado no item 2. deste Capítulo, não será considerado portador de necessidades especiais, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, e não terá o tempo adicional concedido.
- 4. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato da lista especial de portadores de necessidades especiais.
- 5. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados na prova preambular objetiva serão convocados pela DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL para perícia médica, a fim de verificar a compatibilidade da deficiência com o exercício das funções do cargo, por especialista na área de deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 dias corridos contados da data de publicação no DOE do resultado do respectivo exame.
 - 5.1. Independentemente do resultado da perícia médica, o candidato portador de necessidades especiais deverá atender à convocação para qualquer das etapas do Concurso Público, sendo considerado eliminado quando verificada qualquer ausência.
- 6. Quando a perícia concluir pela inaptidão do candidato, desde que requerido, constituir-se-á, no prazo de 5 dias corridos, contados da data da divulgação do resultado do respectivo exame, junta médica para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
 - 6.1. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 dias corridos, contados da data da realização do exame.
 - 6.2. Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica.
 - 6.3. Findo o prazo estabelecido no subitem anterior, serão divulgadas as Listas de Classificação Definitiva Geral e Especial, das quais serão excluídos os portadores de necessidades especiais considerados inaptos na inspeção médica.
- $8.~{\rm O}$ candidato portador de necessidades especiais participará do Certame em igualdade de condições com os demais candidatos, nos termos do Decreto 3.298/99.
 - 8.1. As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais ficarão liberadas se não tiver ocorrido inscrição ou aprovação desses candidatos.
- 9. Serão excluídos do Concurso Público os candidatos que não comparecerem à perícia médica e/ou aqueles que tiverem deficiência considerada incompatível com as atribuições das funções, mesmo que submetidos e aprovados em qualquer de suas etapas.
- 10. Após o ingresso do candidato portador de necessidades especiais, essa não poderá ser argüida para justificar a concessão de readaptação do cargo e de aposentadoria por invalidez.

IV - DAS PROVAS

Formatado: Fonte: 10 pt

1. O Concurso Público constará das seguintes provas:

- 1.1. Prova preambular objetiva, de caráter eliminatório e classificatório com duração de 05 horas e será composta de 100 questões de múltipla escolha, versando sobre:
 - a) Direito Civil;
 - b) Direito Processual Civil;
 - c) Direito Penal;
 - d) Direito Processual Penal;
 - e) Direito Constitucional;
 - f) Direito Administrativo;
 - g) Princípios e atribuições institucionais da Defensoria Pública
 - h) Direito do Trabalho;
 - i) Direito Previdenciário.
 - J) Direitos Humanos
- 1.2. Provas escritas subjetivas, totalizando 8, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizadas em 2 (dois) dias e duas etapas, no período matutino sobre questões teóricas e outra, no período vespertino, sobre questões práticas, conforme segue:

•	Manhã	Tarde
	Prova Teórica - Direito Penal	Prova Prática - Direito Penal
1º dia	Prova Teórica - Direito Processual Penal	- Direito Processual Penal -
	Prova Teórica - Direito Constitucional	Direito Constitucional
	Prova Teórica - Direito Civil	Prova Prática - Direito Civil –
2º dia	Prova Teórica - Direito Processual Civil	Direito Processual Civil -
	Prova Teórica - Direito Administrativo	Direito Administrativo

- 1.3. Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório, que versará sobre Direito Processual Civil e Direito Processual Penal.
- 1.4. As provas versarão sobre o conteúdo programático estabelecido no Anexo II deste Edital

V - DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

- 1. As provas serão realizadas na cidade de Campo Grande.
 - 1.1. Caso haja impossibilidade de aplicação da prova na cidade de Campo Grande, por qualquer motivo justificável, a Fundação VUNESP poderá aplicá-la em municípios vizinhos.
- 2. O candidato somente poderá realizar a prova na data, horário e local constantes do respectivo Edital de Convocação.
- 3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova, constante do Edital de Convocação, com antecedência mínima de 30 minutos, munido de:
- a) caneta de tinta azul ou preta, lápis preto n.º 2 e borracha macia;
- b) original de um dos seguintes documentos de identificação e dentro do prazo de validade, conforme o caso: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, ou Passaporte.
 - 3.1. Somente será admitido na sala ou local de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados neste item e desde que permita, com clareza, a sua identificação.
 - 3.1.1. O candidato que não apresentar o documento conforme o item 3, deste Capítulo, não fará a prova sendo considerado ausente e eliminado no Concurso Público.
 - 3.2. Não serão aceitos protocolo, cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital, inclusive carteira funcional de ordem pública ou privada.

- 4. Não será admitido na sala ou local de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.
- 5. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.
- 6. O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- 7. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, por erro de digitação constante no Edital de Convocação, deverá entregar a correção em formulário específico, devidamente datado e assinado, ao fiscal de sala. O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar a Sala de Coordenação no local em que estiver prestando a prova.
 - 7.1. O candidato que não solicitar a correção nos termos deste item deverá arcar, exclusivamente, com as conseqüências advindas de sua omissão.
- 8. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala ou local de prova.
- 9. Em caso de necessidade de amamentação durante as provas preambular objetiva e escritas subjetivas, e tão somente nesses casos, a candidata deverá levar um acompanhante, que ficará em local reservado para tal finalidade e será responsável pela guarda da criança.
 - 9.1. No momento da amamentação, a candidata deverá ser acompanhada por uma fiscal.
 - 9.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação à duração da prova da candidata.
- 10. Excetuada a situação prevista no item 9. deste Capítulo, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização de qualquer prova, podendo ocasionar inclusive a não-participação do(a) candidato(a) no Concurso Público.
- 11. Durante a prova preambular objetiva, não será permitida qualquer espécie de consulta a códigos, livros, manuais, impressos, anotações ou outro tipo de pesquisa, utilização de outro material não fornecido pela Fundação VUNESP, máquina e relógio com calculadora, agenda eletrônica ou similar, aparelhos sonoros, telefone celular, BIP, pager, walkman, gravador ou qualquer outro tipo de receptor e emissor de mensagens, assim como uso de boné, gorro, chapéu e óculos de sol.
- 12. Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) não comparecer à prova, ou qualquer das etapas, conforme convocação oficial, seja qual for o motivo alegado;
- b) apresentar-se em local, data e horários diferentes dos estabelecidos no Edital de Convocação;
- c) não apresentar o documento de identificação conforme o previsto no item 3 deste Capítulo;
- d) ausentar-se, durante o processo, da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazendo uso de material não permitido para a realização da prova ou de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
- f) lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- g) não devolver ao fiscal, seguindo critérios estabelecidos neste Edital, qualquer material de aplicação e de correção da prova;
- h) estiver portando arma, ainda que possua o respectivo porte;
- i) durante o processo, não atender a uma das disposições estabelecidas neste Edital;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- k) agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova.

,VI – DA PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

- 1. A prova preambular objetiva tem data prevista para sua realização em 09.11.2008
- 2. O horário de início da prova será definido em cada sala de aplicação, após os devidos esclarecimentos sobre sua aplicação.

- 3. A confirmação da data e informações sobre horário e local para a realização da prova deverão ser acompanhadas pelo candidato por meio de Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado DOE, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 4. Nos 5 dias que antecederem a data prevista para a prova, o candidato poderá ainda:
- consultar o site www.vunesp.com.br; ou
- contatar o Disque VUNESP.
- 5. Eventualmente, se, por qualquer que seja o motivo, o seu nome não constar do Edital de Convocação, o candidato deverá entrar em contato com a Fundação VUNESP, pelo DISQUE VUNESP para verificar o ocorrido.
 - 5.1. Ocorrendo o caso constante deste item, poderá o candidato participar do Concurso Público e realizar a prova se apresentar o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, devendo, para tanto, preencher, no dia da prova, formulário específico.
 - 5.2. A inclusão de que trata este item será realizada de forma condicional, sujeita à posterior verificação da regularidade da referida inscrição.
 - 5.3. Constatada eventual irregularidade na inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, sem direito à reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
 - 6. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova depois de transcorrido o tempo de 50% da duração da prova.
 - 7. No ato da realização da prova, o candidato receberá a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.
 - 7.1. O candidato deverá transcrever as respostas para a Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, bem como assinar no campo apropriado.
 - 7.2. A Folha de Respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal de sala.
 - 7.3. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.
 - 7.4. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, sob pena de acarretar prejuízo ao desempenho do candidato.
 - 7.5. Em hipótese alguma, haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
 - 7.6. Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar respondendo questão ou procedendo à transcrição para a Folha de Respostas.

VII - DO JULGAMENTO DA PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

Formatado: Fonte: 10 pt

- 1. A prova preambular objetiva será avaliada na escala de 0 a 10 pontos.
- 2. A nota da prova preambular objetiva será obtida pela fórmula:

 $NP = Na \times 10$

Tq

Onde:

NP = Nota da prova

Na = Número de acertos

Tq = Total de questões da prova

- 3. Será considerado classificado o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a cinqüenta por cento das questões formuladas, em número correspondente a quatro vezes o número de cargos de Defensor Público Substituto; ultrapassando-se tal limite apenas para inclusão de candidatos empatados em último lugar da classificação.
- 4. O candidato não habilitado será excluído do Concurso Público.

VIII - DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS SUBJETIVAS

- 1. As provas escritas subjetivas serão aplicadas em época posterior a ser divulgada oportunamente, para os 100 (cem) candidatos mais bem habilitados na prova preambular objetiva mais os empatados na última colocação.
- 2. Para a realização da prova, o candidato receberá o Caderno pré-identificado e deverá conferir se estão corretos seu nome, número de documento e assinar na capa, no local reservado.
- 3. Nas provas escritas subjetivas, será facultada somente a consulta à legislação não comentada e sem qualquer anotação de caráter pessoal, não sendo considerados textos anotados a simples remissão a outros textos legais, a Exposição de Motivos e as Súmulas de jurisprudência predominante nos tribunais.
- 4. O candidato não deverá assinar em qualquer outro local que não seja na capa do caderno, em local específico, pois isso a identificará e conseqüentemente as anulará.
- 5. As provas deverão ser feitas com caneta de tinta azul ou preta.
- 6. As provas deverão ser feitas em letra legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato.
- 7. Os rascunhos não serão considerados.
 - 7.1. Não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel, para rascunho ou como parte ou resposta definitiva, diversa das existentes no Caderno.
- 8. Em hipótese alguma, haverá substituição do material entregue, por erro do candidato.
- 9. Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar respondendo questão ou procedendo à transcrição definitiva.
- 10. O candidato somente poderá deixar o local das provas depois de transcorrido o tempo de 50% de duração da prova, não podendo levar qualquer tipo de material de aplicação.
- 11. Ao final da prova, o candidato deverá entregar o Caderno, completo, ao fiscal da sala.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS ESCRITAS SUBJETIVAS

- 1. As provas escritas subjetivas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
 - 1.1. Para avaliação, 70% (setenta por cento) da nota corresponderão ao nível de conhecimentos da matéria e 30% (trinta por cento) à técnica de redação, exposição e à correção no uso do vernáculo, observadas a adequação do conteúdo à questão proposta, a pertinência e relevância dos aspectos abordados e a estrutura do texto (organização lógico-seqüencial das idéias, coerência e coesão entre os elementos do discurso, correção gramatical de acordo com as normas da Língua Portuguesa).
 - 1.2. Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos cada uma das provas escritas subjetivas.
- 1.3. O candidato não habilitado na provas escritas subjetivas será eliminado do Concurso.

X – DA PROVA ORAL

1. Às provas orais será admitido o candidato que obtiver média global igual ou superior a cinco nas provas escritas e apresentar o laudo médico e exame neuropsiquiátrico previstos no § 2º do art. 18, desta Deliberação.

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

- 2. A prova oral versará sobre Direito Processual Civil e Direito Processual Penal, observados os pontos do programa, sorteados com 24 horas de antecedência, vedada qualquer tipo de consulta.
- 3. No prazo de 48 horas da realização da argüição oral, o candidato será submetido, pelo prazo máximo de trinta minutos, à prova de tribuna, que versará sobre processo crime de competência do Tribunal do Júri, sorteado entre os candidatos, e que lhe será entregue com 24 horas de antecedência pela Comissão de Concurso, mediante protocolo, sendo permitida a livre consulta.
- 4. As notas da argüição oral e da prova de tribuna serão lançadas em papeletas individuais, contendo o nome e o número de inscrição do candidato, a nota atribuída pelos examinadores, a média aritmética e as rubricas dos membros da Comissão de Concurso.
- 3. Será considerado habilitado nas provas orais o candidato que obtiver em cada disciplina e na prova de tribuna nota igual ou superior a cinco, alcançada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores.
- 4. O candidato não habilitado nas provas orais subjetivas serão eliminado do Concurso.

XI - DO CONCURSO DE TÍTULOS

- Formatado: Fonte: 10 pt
- 1. Encerrado o julgamento do Concurso de Provas, o Presidente da Comissão de Concurso fará publicar a relação dos candidatos aprovados e fixará o prazo de cinco dias, contados da publicação, para apresentação dos documentos comprobatórios dos títulos, através de fotocópias autenticadas, que conterão critério exclusivamente classificatório.
 - 1.1. Os títulos serão avaliados de zero a um na escala decimal.
- 2. Serão considerados títulos, com os respectivos valores:
- a) aprovação em concurso da Defensoria Pública: 0,6 (seis décimos) de ponto;
- b) aprovação em concurso da Magistratura, do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado: 0,3 (três décimos) de ponto:
- c) exercício das funções do cargo da carreira da Defensoria Pública, da Magistratura, do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado: 0,1 (um décimo) de ponto para cada ano completo de exercício, até o máximo de dez anos;
- d) exercício de funções jurídicas para o qual se exija ser bacharel em direito e aprovação em concurso público: 0,1 (um décimo) de ponto para cada ano completo de exercício, até o máximo de cinco anos:
- e) título de Doutor na área jurídica: um ponto;
- f) título de Mestre na área jurídica: 0,6 (seis décimos) de ponto;
- g) título de especialização na área jurídica, com duração mínima de 360 horas: 0,3 (três décimos) de ponto, até o máximo de dois títulos;
- h) conclusão de curso superior diverso da área jurídica: 0,2 (dois décimos) de ponto, até o máximo de dois títulos;
- i) publicação de obras jurídicas, com o mínimo de cem páginas: 0,5 (cinco décimos) de ponto para cada uma, até o máximo de duas obras;
- j) exercício de estágio na Defensoria Pública: 0,1 (um décimo) de ponto para cada ano de exercício, até o máximo de dois anos;
- k) certificado de conclusão e aproveitamento de curso ministrado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul CEADEP: 0,2 (dois décimos) de ponto.
 - 2.1. A soma dos pontos válidos não poderá exceder, em qualquer hipótese, o total de dois pontos.

XII - DA PONTUAÇÃO FINAL

Formatado: Fonte: 10 pt

1. 1.2. A pontuação final do candidato será obtida pela fórmula:

MÉDIA DAS MÉDIA DAS PONTOS PONTOS PROVAS PROVAS + DOS = PONTUAÇÃO FINAL SUBJETIVAS TÍTULOS

Formatado: Fonte: 10 pt

2

XIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 1. Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da pontuação final.
- 2. Na hipótese de igualdade na nota final, terá preferência, para nomeação, sucessivamente, o candidato que::
 - a) com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
 - b) tiver maior nota nas provas escritas subjetivas;
 - c) tiver maior nota nas provas orais;
 - d) tiver maior nota na prova escrita objetiva preambular;
 - e) tiver maior número de pontos no concurso de títulos;
 - f) tiver maior tempo de serviço público no Estado de Mato Grosso do Sul.
- 3. Persistindo o empate, será realizado sorteio público, precedido de comunicação aos candidatos, por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado, com três dias de antecedência.
- 4. Os candidatos classificados serão enumerados em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial (portadores de necessidades especiais aprovados).

XIV - DOS RECURSOS

- 1. O prazo para interposição de recurso será de 3 dias úteis, contados da data da divulgação ou do fato que lhe deu origem.
- 2. O candidato que <u>interpuser</u> recurso contra a aplicação, o gabarito, <u>resultado das diversas etapas</u> do Concurso Público e classificação, deverá utilizar o <u>campo próprio para interposição de recursos</u>, <u>no endereço www.vunesp.com.br.</u> na página específica do Concurso Público, e seguir as instruções ali contidas.
 - 2.1. A pontuação relativa à(s) questão(ões) anulada(s) será atribuída a todos os candidatos presentes na prova preambular objetiva.
 - 2.2. No caso de recurso em pendência à época da realização de alguma das etapas do Concurso Público, o candidato poderá participar condicionalmente da etapa seguinte.
 - 2,3. No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a nota/classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota/classificação superior ou inferior, ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para habilitação.
 - 2.4. A resposta ao recurso interposto será objeto de divulgação no DOE.
- 3. Será indeferido o recurso interposto fora da forma e dos prazos estipulados neste Edital, aquele que não apresentar fundamentação e embasamento, ou aquele que não atender às instruções constantes do "link" Recursos, na página específica do Concurso Público.
- 4. Não será aceito recurso interposto por fax, e-mail ou por qualquer outro meio, além do previsto neste Capítulo.
- 5. Não será aceito pedido de revisão de recurso e/ou recurso de recurso.
- 6. Não haverá, em hipótese alguma, vistas de prova.

XV - DA HOMOLOGAÇÃO

- 1. O resultado final do Concurso será publicado no Diário Oficial do Estado em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda, somente a pontuação desses últimos.
- 2. Finda a fase recursal, o Conselho Superior da Defensoria Pública homologará o Concurso e fará a indicação dos aprovados ao Defensor Público-Geral do Estado, para nomeação, pela ordem de classificação.

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

Excluído: desejar interpor

Excluído: as fases

Excluído: eletrônico

Código de campo alterado

Excluído:, acessando o ícone "RECURSOS".

Excluído: Em casos não previstos no ícone "RECURSOS", o candidato deverá protocolar o recurso, pessoalmente ou por meio de um procurador, no Instituto de Química, na Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos, em dias úteis, das 14:00 às 17:00 horas.¶

Excluído: 3

Excluído: 4

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

2.1. A designação dos Defensores Públicos Substitutos para os órgãos de atuação será feita por ato do Defensor Público-Geral do Estado, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 111, de 17 de outubro de 2005.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

- 1. O Concurso terá validade por dois anos, a contar de sua homologação.
- 1.1. O prazo de validade do Concurso poderá ser prorrogado por igual período, no interesse da administração, por ato do Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública.
- 2. Os prazos previstos no presente Regulamento fluem a partir do primeiro dia útil subseqüente ao da divulgação do ato.
- 3. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital e alterações posteriores não serão objetos de avaliação das provas neste Concurso Público.
- 4. As informações sobre o presente Concurso Público serão prestadas pela Fundação VUNESP, por meio do Disque VUNESP, e pela internet, no site www.vunesp.com.br, sendo que após a classificação definitiva, as informações serão de responsabilidade da DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
- 5. Em caso de alteração de algum dado cadastral até a data de realização da prova oral, o candidato deverá requerer a atualização à Fundação VUNESP, após o que e durante o prazo de validade deste Certame à DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
- 6. A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e a Fundação VUNESP se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadas dos candidatos para comparecimento a qualquer fase deste Concurso Público e de objetos e documentos esquecidos ou danificados no local ou sala de prova.
- 7. A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e a Fundação VUNESP não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
 - a) endereco não atualizado:
 - b) endereço de difícil acesso;
 - c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - d) correspondência recebida por terceiros.
- 8. A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e a Fundação VUNESP não emitirão Declaração de Aprovação no Concurso Público, sendo a própria publicação no DOE documento hábil para fins de comprovação da aprovação.
- 9. Todas as convocações, avisos e resultados oficiais, referentes à realização deste Concurso Público, serão publicados no Diário Oficial do Estado e divulgados no site www.vunesp.com.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 10. Toda menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes terá como referência o horário oficial de Campo Grande.
- 11. Decorridos 90 dias da data da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultada a incineração da prova e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos.
- 12. Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, a poderá anular a inscrição, prova ou admissão do candidato, verificadas falsidades de declaração ou irregularidade no Certame.
- 13. O candidato será considerado desistente e excluído do Concurso Público quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.

Campo Grande, 20 de agosto de 2008.

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

EDNA REGINA B. NUNES DA CUNHA Defensora Pública-Geral do Estado	FRANCISCO JOSÉ SOARES BARROSO Conselheiro	Formatado: Fonte: 10 pt
ELIAS CESAR KESROUANI Primeiro Subdefensor-Público Geral o Estado	ALMIR SILVA PAIXÃO do Conselheiro	Formatado: Fonte: 10 pt
HELITA BARBOSA S. L. FONTÃO Segunda Subdefensora-Pública-Geral do Estado	FRANCISCO CIRO MARTINS Conselheiro	Formatado: Fonte: 10 pt Formatado: Fonte: 10 pt
DARCY TERRA FERNANDES		Formatado: Fonte: 10 pt

DARCY TERRA FERNANDES

Corregedora-Geral, em exercício

EDNA REGINA BATISTA NUNES DA CUNHA Presidente do Conselho Superior.

ANEXO I

			A DE INSCRIÇÃO				Formatado: Fonte	: 10 pt
O candidato abaixo id								
nº 11.232, de 27 de n	naio de 2003,	requer que l	he seja concedida	a isenç	ão do pag	amento da taxa		
de inscrição no Conc		aberto pelo l	Edital nº		F	oara o cargo de		
Defensor Público Sub								
1. DADOS PESSOAIS	S DO CANDID	ATO						
Nome:								
Filiação:								
Estado Civil:	Data de Na	scimento:	RG	(CPF:			
Endereço Residencial	:		1	I				
Cidade:			UF:		CEP:			
Telefone	Telefone Celu	ılar. Qua	l Intidade de pessoa	s que re	sidem con	o candidato:		
Residencial:			aaaa aa paasaa	940		. o camaración		
2. DADOS SOCIOEC	ONÔMICOS E	DA FAMÍLIA:						
NOME		FONT	E PAGADORA	PAR	ENTESC O	SALÁRIO MENSAL		
PARENTESCO: Indic netos, etc.	ar o próprio	candidato e	o cônjuge, pai, m	ãe, avô,	avó, tios	irmãos, filhos,		
DOCUMENTOS ANE	XADOS AO P	RESENTE R	EQUERIMENTO:					
cópia da C	arteira de Ti	rabalho e P	revidência Socia	I – CTF	PS,			
cópia da pi	ublicação do	ato que o	desligou do serv	iço púb	lico,			
título de el								
cópia auter	nticada de u	ma conta d	e cobrança de se	erviços	públicos	(luz, água ou		
telefone),								
			io, que conte setec					
			da lei e da perda					
inscrição, serem ve prontificando-se a fo Comissão do Concurs	rnecer outros							
Em, de								
			ssinatura do Candi	dato				

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CIVIL

Formatado: Fonte: 10 pt

 1 - Da Norma Jurídica. Da vigência, da interpretação e da aplicação da lei. Conflito de leis no tempo e no espaço.

Formatado: Fonte: 10 pt

 II - Das pessoas naturais: Da personalidade e da capacidade; Dos direitos da personalidade; Da ausência.

III - Do domicílio.

- IV Das diferentes classes de bens: Dos bens considerados em si mesmos; Dos bens reciprocamente considerados; Dos bens públicos.
- V Do negócio jurídico: Disposições gerais; Da representação; Da condição, do termo e do encargo; Dos defeitos do negócio jurídico; Da invalidade do negócio jurídico.
- VI Dos atos jurídicos lícitos.

VII - Dos atos ilícitos.

VIII - Da prescrição e da decadência.

Das modalidades das obrigações: Das obrigações de dar; Das obrigações de fazer; Das obrigações de não fazer; Das obrigações alternativas; Das obrigações divisíveis e indivisíveis; Das obrigações solidárias.

X - Da transmissão das obrigações: Da cessão de crédito; Da assunção de dívida.

 XI - Do adimplemento e extinção das obrigações: Do pagamento; Do pagamento em consignação; Do pagamento com sub-rogação; Da imputação do pagamento; Da dação em pagamento; Da novação; Da compensação; Da confusão; Da remissão das dívidas.

XII - Do inadimplemento das obrigações: Disposições gerais; Da mora; Das perdas e danos; Dos juros legais; Da cláusula penal; Das arras ou sinal

XIII - Dos contratos em geral: Disposições gerais; Da extinção do contrato.

- Das várias espécies de contrato: Da compra e venda; Da troca ou permuta; Do contrato estimatório; Da doação; Da locação de coisas; Do empréstimo; Da prestação de serviço; Da empreitada; Do depósito; Do mandato; Da comissão; Da agência e distribuição; Da corretagem; Do transporte; Do seguro; Da constituição de renda; Do jogo e da aposta; Da fiança; Da transação; Do compromisso.

XV - Dos atos unilaterais: Da promessa de recompensa; Da gestão de negócios; Do pagamento indevido; Do enriquecimento sem causa.

XVI - Dos títulos de crédito: Disposições gerais; Do título ao portador; Do título à ordem, Do título nominativo.

XVII - Da responsabilidade civil: Da obrigação de indenizar; Da indenização.

XVII - Das Preferências e Privilégios creditórios.

XVIII - Do Direito de Empresa

XIX - Da posse: Da posse e sua classificação; Da aquisição da posse, Dos efeitos da posse,
 Da perda da posse.

XX - Dos direitos reais: Disposições gerais.

AXI - Da propriedade: Da propriedade em geral; Da aquisição da propriedade imóvel; Da aquisição da propriedade móvel Da perda da propriedade; Do usucapião; Dos direitos de vizinhança; Do condomínio geral; Do condomínio edilício; Da propriedade resolúvel; Da propriedade fiduciária.

XXII - Da superfície.

XXIII - Das servidões: Da constituição das servidões; Do exercício das servidões; Da extinção das servidões.

XXIV - Do usufruto: Disposições gerais; Dos direitos do usufrutuário; Dos deveres do usufrutuário; Da extinção do usufruto.

XXV - Do uso.

XXVI - Da habitação.

XXVII - Do direito do promitente comprador.

XXVIII - Do penhor da hipoteca e da anticrese: Disposições gerais; Do penhor; Da hipoteca; Da anticrese; Da alienação fiduciária.

XXIX - Do direito de família: Do casamento; Das relações de parentesco.

XXX - Do direito patrimonial: Do regime de bens entre os cônjuges; Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores; Dos alimentos; Do bem de família.

XXXI - Da Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal

XXXII - Da união estável.

XXXIII - Da tutela e da curatela: Da tutela; Da curatela.

XXXIV - Da sucessão em geral: Disposições gerais; Da herança e de sua administração; Da

Formatado: Fonte: 10 pt **Formatado:** Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

vocação hereditária; Da aceitação e renúncia da herança; Dos excluídos da sucessão; Da herança jacente; Da petição de herança. XXXV - Da sucessão legítima: Da ordem da vocação hereditária; Dos herdeiros necessários; Formatado: Fonte: 10 pt Do direito de representação. Formatado: Fonte: 10 pt XXXVI Da sucessão testamentária: Do testamento em geral; Da capacidade de testar; Das Formatado: Fonte: 10 pt formas ordinárias do testamento; Dos codicilos; Dos testamentos especiais; Das disposições testamentárias; Dos legados; Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários; Das substituições; Da deserdação; Da redução das disposições testamentárias; Da revogação do testamento; Do rompimento do testamento; Do testamenteiro. XXXVII - Do inventário e da partilha: Do inventário; Do sonegado; Do pagamento das dívidas; Da colação; Da partilha; Da garantia dos quinhões hereditários; Da anulação da partilha. XXXVIII - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA.) Formatado: Fonte: 10 pt XXXIX - Investigação de paternidade. Formatado: Fonte: 10 pt XL Dos registros públicos. Formatado: Fonte: 10 pt XLI - Da proteção do consumidor. Formatado: Fonte: 10 pt DIREITO PROCESSUAL CIVIL Formatado: Fonte: 10 pt Formatado: Fonte: 10 pt I - Da jurisdição e da ação. II - Das partes e dos procuradores: Da capacidade processual; Dos deveres das partes Formatado: Fonte: 10 pt dos seus procuradores; Dos procuradores; Da substituição das partes e dos Formatado: Fonte: 10 pt procuradores; Do litisconsórcio e da assistência; Da intervenção de terceiros; Do curador à lide. III - Dos órgãos judiciários. Da competência. Formatado: Fonte: 10 pt IV - Dos atos processuais: Da forma dos atos processuais; Do tempo e do lugar dos atos Formatado: Fonte: 10 pt processuais; Dos prazos; Das comunicações dos atos; Das nulidades; De outros atos processuais; Do valor da causa. V . Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Formatado: Fonte: 10 pt VI Do processo e do procedimento: Da tutela antecipada; Do procedimento ordinário; Do Formatado: Fonte: 10 pt procedimento sumário. VII . Do procedimento ordinário: Da petição inicial; Da resposta do réu; Da contestação, Das Formatado: Fonte: 10 pt exceções e Da reconvenção; Da revelia; Das providências preliminares; Do julgamento conforme o estado do processo; Das provas; Da audiência; Da sentença. Da coisa julgada. Da liquidação de sentença. Do cumprimento de sentença. VIII . Do processo nos tribunais: Da ação rescisória. Formatado: Fonte: 10 pt IX Dos recursos: Das condições de admissibilidade; Da apelação; Do agravo; Dos Formatado: Fonte: 10 pt Embargos Infringentes; Dos Embargos de Declaração; Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial; Do Recurso Ordinário; Do Prequestionamento. Da súmula X 🚡 Da execução em geral: Das partes; Da competência: Dos requisitos necessários para Formatado: Fonte: 10 pt realizar qualquer execução; Título Executivo. Da responsabilidade patrimonial. XI - Das diversas espécies de execução: Das disposições gerais; Da execução para a Formatado: Fonte: 10 pt entrega de coisa; Da execução das obrigações de fazer e não fazer; Da execução por quantia certa contra devedor solvente; Da execução contra a Fazenda Pública; Da execução de prestação alimentícia. XII - Dos embargos do devedor: Das disposições gerais; Dos embargos à execução Formatado: Fonte: 10 pt fundada em sentença; Dos embargos à execução fundada em títulos extrajudicial; Dos embargos à arrematação e à adjudicação; Dos embargos na execução por carta. XIII - Exceção de pré-executividade. Formatado: Fonte: 10 pt XIV - Das medidas cautelares: Das disposições gerais; Dos procedimentos cautelares Formatado: Fonte: 10 pt específicos. XV - Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: Da ação de consignação em Formatado: Fonte: 10 pt pagamento; Da ação de depósito; Da ação de anulação e substituição de títulos ao portador; Da ação de prestação de contas; Das ações possessórias; Da ação de nunciação de obra nova; Da ação de usucapião de terras particulares; Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares; Do inventário e da partilha; Dos embargos de terceiro; Da habitação; Da restauração de autos; Das vendas a crédito com reserva de domínio; Do juízo arbitral; Da ação monitória. XVI - Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária: Das disposições gerais; Das Formatado: Fonte: 10 pt alienações judiciais; Da separação consensual; Dos testamentos e codicilos; Da herança jacente; Dos bens dos ausentes; Das coisas vagas; Da curatela dos interditos; Das disposições comuns à tutela e à curatela; Da organização e da fiscalização das fundações; Da especialização da hipoteca legal.

		Formatado	<u> </u>
		Formatado	(
XVII - Do procedimento nos juizados especiais cíveis.	11	Formatado	(
XVIII Mandado de Segurança; Ação Popular; Mandado de Injunção; Habeas Data e Ação	-///	Formatado	(
Civil Pública	1/	Formatado	(
XIX - Do bem de famíliaXX - Execução fiscal	1//	Formatado	(
Lacougue nood	-///	Formatado	
REITO PENAL	1	Formatado	
	-//;	/	(
I - As fontes do Direito Penal. II - Da interpretação da lei penal. Do concurso de normas.	-1///	Formatado	(
III . Da aplicação da lei penal. La aplicação da lei penal.	4//	Formatado	
IV - Do crime.	-'/,/,	Formatado	
V - Da imputabilidade penal.	1//	Formatado	(
VI → Do concurso de pessoas. VII → Das penas e das medidas de segurança.	///	Formatado	<u> </u>
VII - Das penas e das medidas de segurança.	-///	Formatado	(
VIII - Da ação penal. IX - Da extinção da punibilidade.	1/	Formatado	(
V Dos arimos contro a noscoa		Formatado	
XI - Dos crimes contra a pessoa. XI - Dos crimes contra o patrimônio.	-(//		(
XII Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.		Formatado	<u> </u>
XIII _ Dos crimes contra os costumes.		Formatado	(
XIV Dos crimes contra a família. XV Dos crimes contra a incolumidade pública.		Formatado	
XVI - Dos crimes contra a incolumidade publica. XVI - Dos crimes contra a paz pública.		Formatado	(
XVII - Dos crimes contra a fé pública		Formatado	(
XVIII . Dos crimes contra a administração pública.		Formatado	<u> </u>
AIA - Das intrações penais de menor potenciai orensivo.		Formatado	(
XX - Da Lei de Drogas.	. 、 ` ` `	Formatado	$\overline{}$
XXI Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. XXII Corrupção de menores.	- \ _ ` ` \		(
XXIII - Dos crimes hediondos e assemelhados.		Formatado	(
XXIV - Dos crimes ambientais.	- \	Formatado	(
XXV . Do Registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.		Formatado	
XXVI - Do Abuso de Autoridade.	- ` ` ` ` `	Formatado	(
XXVII Das infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor. XXVIII Dos Crimes de Preconceito.	11/1	Formatado	
XXIX - Dos crimes previstos no Estatuto do Idoso.	-,',',	Formatado	<u> </u>
XXX - Normas penais, princípios e crimes contra os índios.	1/1/	Formatado	(
*	-'',''	Formatado	
	1,1	Formatado	(
REITO PROCESSUAL PENAL	1,	\	<u> </u>
I - Dos princípios. Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal.	\	Formatado	(
II - Do inquérito policial.		Formatado	(
III . Da ação penal e civil.		Formatado	
IV 🚡 Da competência.		Formatado	<u> </u>
V - Das questões e processos incidentes.		Formatado	(
VI _ Da prova: das disposições gerais, do exame do corpo de delito e das perícias em geral, do interrogatório do acusado, da confissão, das perguntas ao ofendido.	-,``	Formatado	<u></u>
VII . Da prova: das testemunhas, do reconhecimento de pessoas e coisas, da acareação,	1	Formatado	(
dos documentos, dos indícios, da busca e da apreensão.	- '\	Formatado	
VIII , Do juiz, do Ministério Público e do acusado. Defensor e defesa. Do Assistente.	``		(
IX Da prisão e da liberdade provisória.	- ` ` ` `	Formatado	(
X Das citações e intimações.	-,``,	Formatado	(
XI - Da sentença. XII - Do procedimento comum. Do procedimento nos crimes da competência do júri.		Formatado	
XIII - Dos procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal. Do	-",	Formatado	
procedimento nos Juizados Especiais Criminais.	7/1/	Formatado	(
XIV - Das nulidades.	- '/'	Formatado	<u></u>
XV - Dos recursos. Das disposições gerais. Do recurso em sentido estrito. Da apelação. Do	- , ' , ' , '	Formatado	(
pré-questionamento. XVI - Dos recursos. Dos embargos. Da carta testemunhável. Do agravo em execução penal.	1//	Formatado	
Da correição parcial.	- ' ' ' '	Formatado	<u>(</u>
XVII - Da revisão criminal. Do habeas corpus. Do mandado de Segurança contra ato	_ '\ '	\.	
	-\	Formatado	(
	`\	Formatado	(
		Formatado	(

	/ _		([5 1]
	/ <u>/</u> /[F	Formatado	[[55]
jurisdicional penal.	_/ / [Formatado	[56]
XVIII - Da execução penal: do objeto e da aplicação da lei de execução penal, do condenado	/ / /(F	Formatado	[[57]
e do internado, dos órgãos da execução penal, dos estabelecimentos penais. XIX - Da execução penal: da execução das penas em espécie, da execução provisória da	/ // F	Formatado	[[58]
pena, da execução das medidas de segurança, dos incidentes de execução, do	'''' F	Formatado	[[59]
procedimento judicial, das disposições finais e transitórias.	////(F	Formatado	[60]
DIREITO CONSTITUCIONAL	_/'/// F	Formatado	[61]
SINCE TO CONSTITUCIONAL	1/1/1/1 F	Formatado	[62]
l - Constituição: conceito, objeto, classificação e interpretação;		Formatado	[63]
II . Do Poder Constituinte. Das limitações ao poder de reforma constitucional;		Formatado	[64]
 III - Dos princípios, direitos e garantias fundamentais; IV - Da organização política e administrativa do Estado; 		Formatado	[65]
V - Da organização dos Poderes:	(!,!)	Formatado	
VI 🚡 Da defesa do Estado e das instituições democráticas;	;;'';',' / ⊱	Excluído: ¶	[66]
VII - De controle de constitucionalidado:	i'.':i'.'⊱	Formatado	[67]
VIII 🚡 Do controle de constitucionalidade; IX 🚡 Da ordem econômica, financeira e social;	:::::/ /	Formatado	[68]
X Das disposições constitucionais gerais;	$(!!)/ \succeq$	Formatado	[[69]
XI - Das disposições transitórias.	<i>"</i> ′′ ⊱		[[70]
DIREITO ADMINISTRATIVO	() \ \ \	Formatado	[[71]
MILITO ADMINISTRATIVO		Formatado 	[72]
I - Princípios da Administração Pública;	\succeq	Formatado	([73]
II - Regime jurídico–administrativo;	~ ~ . >	Formatado	[74]
III 🚡 Organização Administrativa; IV 🚡 Servidores Públicos;	``_	Formatado	[[75]
V - Serviços Públicos;	·	Formatado	[76]
VI - Atos administrativos;	`	Formatado	[[77]
VII - Poderes e Deveres da Administração Pública;	``\\ <u>`</u>	Formatado	[[78]
VIII 🚡 Bens Públicos; IX 🚡 Limitações ao Direito de Propriedade;	``\ <u>`</u>	Formatado	[79]
Y - Decapropriação:	\\\\\\ [Formatado	[80]
XI Contratos Administrativos;	`\`\`[Formatado	[[81]
XII - Licitações;	`\\\ <u>`</u> [Formatado	[[82]
XIII Ações constitucionais; XIV Processo administrativo;	`\\`\ `\	Formatado	[[83]
XV - Controle da Administração Pública;	`\\\ <u>`</u>	Formatado	[84]
XVI - Responsabilidade da Administração Pública.	``\`\` \ •\`\`\ \	Formatado	[85]
RINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	\\\\\ \	Formatado	[86]
Miloli 100 E ATMIBOIQUEO INOTTI OCIONALO DA DEL ENCOMIATO DELOA	\\\ 	Formatado	[87]
I - Histórico da Defensoria Pública, como instituição jurídico-política do Estado de Mato	, ', 'E	Formatado	[88]
Grosso do Sul. II , A Assistência Jurídica, como direito, nas Constituições Federais.	`\ \\ 	Formatado	[89]
III - A Defensoria Pública nas Constituições Federals.	` `\ \	Formatado	([90]
IV - Lei Complementar Federal n. 80, de 12.01.94.	`\\`\ \	Formatado	([91]
V - A organização da Defensoria Pública no Estado de Mato Grosso do Sul. Lei	`、`、⊱	Formatado	
Complementar n. 111, de 17/10/2005. VI , Lei n. 1.060, de 05.02.50, e alterações posteriores.	__`\ <u></u>	Formatado	[92]
VII - A Defensoria Pública como Instituição do Estado.	· 、	Formatado	[93]
VIII . A Assistência Judiciária; A Assistência Jurídica integral e gratuita e Justiça Gratuita:	`、`、⊱	Formatado	[[94]
Distinções.	`\ `\ <u></u>		[[95]
 IX A Defensoria Pública na defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos. X Atribuições, deveres, proibições, impedimentos e suspeições dos membros da 	· 、 `	Formatado	[[96]
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.	`、`、⊱	Formatado	[[97]
XI _ Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado de Mato	. `∖.⊱	Formatado	[[98]
Grosso do Sul.	` \	Formatado	[[99]
XII - O Defensor Público e a representação, em juízo, do assistido. XIII - O Defensor Público e a curadoria especial.	``\.	Formatado	[100]
XIV - O Defensor Público e a utilização plena dos instrumentos de defesa.	`\\[\]	Formatado	[[101]
XV . O Defensor Público e a sua atuação contra o Estado na defesa dos interesses do	`\\[\ <u>\</u>	Formatado	[102]
assistido. XVI " O Defensor Público como Agente Político do Estado.	``\\	Formatado	[103]
ATT A Desensor I ubited contro Agente Politico do Estado.	·	Formatado	[104]
	` { F	Formatado	[[105]

Formatado

... [54]

XVII - Da impugnação à gratuidade da Justiça. Formatado: Fonte: 10 pt Formatado: Fonte: 10 pt **DIREITO DO TRABALHO** I _ Das normas gerais da tutela do trabalho. Formatado: Fonte: 10 pt II - Princípios do Direito do Trabalho Formatado: Fonte: 10 pt III _ Competência da Justiça do Trabalho IV - Prescrição e decadência do Direito do Trabalho Formatado: Fonte: 10 pt V Relação de trabalho e emprego
VI Da duração do trabalho. Formatado: Fonte: 10 pt Da duração do trabalho. Formatado: Fonte: 10 pt VII - Dos salários. Formatado: Fonte: 10 pt VIII - Das férias anuais. IX - Da segurança e da medicina do trabalho. Formatado: Fonte: 10 pt X Da proteção do trabalho da mulher e do menor. Formatado: Fonte: 10 pt XI _ Do contrato individual de trabalho e da rescisão contratual. Formatado: Fonte: 10 pt XII _ Do processo judiciário do trabalho. Dos recursos. XIII - Dos empregados domésticos. Formatado: Fonte: 10 pt XIV - Do empregado rural Formatado: Fonte: 10 pt XV - Da responsabilidade do empregado pelos danos decorrentes de acidente de trabalho Formatado: Fonte: 10 pt XVI - Da estabilidade. XVII - Do rito sumaríssimo Formatado: Fonte: 10 pt XVIII - Do contrato temporário de trabalho. Formatado: Fonte: 10 pt Formatado: Fonte: 10 pt DIREITO PREVIDENCIÁRIO Formatado: Fonte: 10 pt I - Do segurado e dos dependentes. Da inscrição. Formatado: Fonte: 10 pt II 🚡 Da carência e acumulação de benefícios. Formatado: Fonte: 10 pt III . Do auxílio doença, da aposentadoria por invalidez, da aposentadoria por idade e da Excluído: ¶ aposentadoria por tempo de serviço. IV _ Do abono de permanência no servico. Formatado: Fonte: 10 pt V - Da aposentadoria especial. Formatado: Fonte: 10 pt VI - Do auxílio natalidade, do auxílio reclusão, do auxílio funeral, do salário família, do salário desemprego. Formatado: Fonte: 10 pt VII - Da contribuição previdenciária Formatado: Fonte: 10 pt VIII - Da prescrição Formatado: Fonte: 10 pt IX - Da Decadência X - Da pensão. Formatado: Fonte: 10 pt XI Da contagem recíproca de tempo de serviço. Formatado: Fonte: 10 pt XII - Dos benefícios em condições especiais. Formatado: Fonte: 10 pt XIII - Do auxílio doença por acidente de trabalho Formatado: Fonte: 10 pt XIV Do auxílio acidente XV - Da administração. Formatado: Fonte: 10 pt Da assistência social XVI Formatado: Fonte: 10 pt XVII - Benefício de prestação continuada - LOAS Formatado: Fonte: 10 pt **DIREITOS HUMANOS** Formatado: Fonte: 10 pt Formatado: Fonte: 10 pt Conceito, evolução histórica e marcos jurídicos fundamentais; <u>II - Direito Internacional dos Direitos Humanos - Sistema Interamericano de Direitos </u> Formatado: Fonte: 10 pt Humanos; Formatado: Fonte: 10 pt - Estrutura normativa do Direito Internacional dos Direitos Humanos Formatado: Fonte: 10 pt IV - Princípios Fundamentais na Constituição Federal de 1988; Formatado: Fonte: 10 pt

<u>V</u> - <u>Direitos Humanos e grupos sociais vulneráveis</u>;

devida.

VI - Defensoria Pública - Investigação de violação dos Direitos Humanos e proteção

Excluído: ¶

L &	 	Formatado: Fonte: 10 pt

Página 18: [1] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [2] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [3] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [4] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [5] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [6] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [7] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [8] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [9] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [10] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [11] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [12] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [13] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [14] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [15] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [16] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [17] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [18] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [19] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [20] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [21] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [22] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [23] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [24] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [25] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00

Fonte: 10 pt

Tonte. To pt		
Página 18: [26] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [27] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [28] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [29] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [30] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [31] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [32] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [33] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [34] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [35] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [36] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [37] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [38] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [39] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [40] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [41] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [42] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [43] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [44] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [45] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [46] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 18: [47] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: Negrito		
Página 18: [48] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [49] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00

Fonte: 10 pt

Página 18: [50] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [51] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [52] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 18: [53] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [54] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [55] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [56] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [57] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [58] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [59] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [60] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [61] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [62] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [63] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [64] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [65] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [66] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [67] Excluído	hheck	21/8/2008 11:18:00

DIREITOS HUMANOS

- I Conceito, evolução histórica e marcos jurídicos fundamentais;
- II Direito Internacional dos Direitos Humanos Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
- III Estrutura normativa do Direito Internacional dos Direitos Humanos

- IV Princípios Fundamentais na Constituição Federal de 1988;
 V Direitos Humanos e grupos sociais vulneráveis;
 VI Defensoria Pública Investigação de violação dos Direitos Humanos e proteção devida.

Página 19: [68] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [69] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [70] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00

Fonte: 10 pt

Tonte. To pt		
Página 19: [71] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [72] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [73] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [74] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [75] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [76] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [77] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [78] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [79] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [80] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [81] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [82] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [83] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [84] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [85] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [86] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [87] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [88] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [89] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt Página 19: [90] Formatado		
Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [91] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [92] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [93] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00
Página 19: [94] Formatado Fonte: 10 pt	hheck	21/8/2008 10:29:00

Página 19: [95] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [96] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [97] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [98] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [99] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [100] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [101] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [102] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [103] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [104] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		
Página 19: [105] Formatado	hheck	21/8/2008 10:29:00
Fonte: 10 pt		